

ENTRE A LÍNGUA NACIONAL E A LÍNGUA MATERNA.

M. Onice PAYER

onicepayer@terra.com.br

Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS)

Introdução

Há já algum tempo venho refletindo sobre a constituição do sujeito e da prática de linguagem colocando em relação as noções de língua nacional e de língua materna, e nesta oportunidade vou retomar algumas idéias apresentadas sobre esta relação no capítulo central de minha tese de doutorado (Memória da Língua, Imigração e nacionalidade, IEL/UNICAMP, 1999), intitulado “Memória da Língua - Entre a Língua Nacional e a Língua Materna”, relacionando o tema a questões relativas ao ensino de língua e à escrita.

Na pesquisa mencionada estudei a relação entre a memória histórica, a escrita e a oralidade tal como funcionam na prática de linguagem constituindo em sujeitos os descendentes de imigrantes italianos no Brasil, tomando como base o referencial teórico da Análise de Discurso. Considerei, sobretudo, as noções de memória discursiva (Courtine, 1981; Pêcheux, 1984), silenciamento, apagamento e forma material da língua (Orlandi, 1992; 1996), os planos da constituição e da formulação do discurso (Pêcheux, 1990), bem como questões acerca da língua nacional tal como trabalhadas no projeto de pesquisa sobre a história das idéias lingüísticas no Brasil¹. Por injunção da natureza dos fenômenos lingüístico-discursivos encontrados na pesquisa, bem do contexto institucional do trabalho, passei a contrastar a noção de língua nacional com a de língua materna tal como esta vem sendo trabalhada em áreas disciplinares vizinhas.

O fato de ter posto em relação as noções de língua nacional e de língua materna, fazendo os deslocamentos necessários para trabalhá-las relativamente ao campo da memória discursiva, constituiu um procedimento que levou a compreender com algum detalhamento, tanto empírica quanto teoricamente, o valor de cada língua presente no contexto da imigração, em seus diferentes estatutos (como língua nacional e como língua materna). Ao mesmo, estudar esta relação

¹ Projeto de Pesquisa *História das Idéias Lingüísticas*, coordenado no IEL/UNICAMP pela Profa. E. Orlandi, inicialmente, e depois pelo Prof. Eduardo Guimarães. O projeto, do qual participei no doutorado, resultou, entre diversas outras publicações, no livro *História das Idéias Lingüísticas*, E. Orlandi (org.). Campinas. Ed. Pontes, 2001, onde se encontra uma referência geral das questões da língua nacional a que me refiro.

permitiu notar como o seu entrelaçamento funciona no processo de constituição do sujeito de linguagem e da prática discursiva, constituindo-se em desafio para o ensino de língua e a escrita.

A tensão entre a língua nacional e a língua materna, na história e na subjetividade

Analisando o material registrado na prática de linguagem da população estudada (no Estado do Espírito Santo), foi possível circunscrever certos fenômenos lingüístico-discursivos que indicam o funcionamento atual, no discurso e, portanto, no sujeito de linguagem, de um batimento entre as línguas encontradas na história dessa população. Esse batimento se liga às memórias discursivas que se produzem historicamente a respeito das línguas no interior de uma sociedade organizada como sociedade nacional, que como tal conheceu fatos históricos da ordem da política lingüística tais como a injunção a praticar uma língua X e a interdição para enunciar em outra língua Y.

Notamos que as línguas que entram nesta tensão não se apresentam com estatutos quaisquer, mas sim são relacionadas a funções que lhes são sócio-historicamente atribuídas conforme a forma histórica predominante dessa mesma sociedade nacional. Estudamos como o Português, em seu estatuto de língua nacional, foi oficial e cuidadosamente difundido nas regiões de densa imigração, e como as línguas dos imigrantes foram e são interpretadas, de vários modos: em determinado momento da história brasileira, no contexto da segunda guerra, sob as ideologias nacionalistas do Estado Novo, elas foram entendidas como línguas nacionais de outros países presentes no território brasileiro e como tal foram expressamente interditadas. Mas na situação histórica mais ampla da imigração, esta interpretação se mostra circunstanciada. Não foi apenas nesse contexto histórico e em função da guerra que as línguas dos imigrantes foram silenciadas, já que se trata da história de uma sociedade nacional. Encontramos registros históricos, já no início do século XX, de projetos especiais de educação feitos pelo Estado para as áreas de imigração, lidando com o bilingüismo e visando à nacionalização dos imigrantes estrangeiros no país. Assim, se por um lado, as línguas dos imigrantes foram de fato interpretadas como línguas de outros Estados presentes no território brasileiro, constituindo suposta ameaça, e sendo, como tal, interditadas vigorosamente no contexto da

segunda guerra, por outro lado este episódio serviu também com um argumento para a nacionalização que já se encontrava em curso, saturando no imaginário social a explicação da proibição das línguas estrangeiras no país. Toda a questão da diversidade interna da nação, de ordem ideológica, política, social, lingüística, etc. resultou aplainada sob o ideário da unidade nacional e do imaginário que a voz da nação propagou, de ser uma nação lingüisticamente homogênea.

Contudo, apesar da interdição oficial, durante certo tempo a língua dos imigrantes continuou sendo praticada nas comunidades e nos espaços privados, paralelamente à língua nacional do país. Como as campanhas de nacionalização, propositadamente, se iniciaram pela infância, na escola primária, foi através das gerações mais jovens de estudantes que o português se instalou mais definitivamente na prática de linguagem dessas comunidades. Na atualidade, conforme pudemos constatar, a língua dos imigrantes italianos, interdita no espaço público e silenciada na versão oficial da nacionalidade reapresenta-se de alguma forma na prática de linguagem da população mais velha. Mas em todas as idades encontram-se, menos ou mais audíveis, certos elementos dos dialetos italianos.

O modo de “esquecimento” dessa língua apresenta, portanto, aspectos que nos interessa particularmente considerar. Trata-se de um apagamento em que a língua silenciada deixa os seus vestígios, ainda na atualidade (passados cerca de 70 anos da interdição oficial). São elementos lingüístico-discursivos de ordem fonética, lexical, semântica, morfológica, sintática, além de expressões e provérbios.

Sem nos atermos à descrição destes elementos, consideremos a título de ilustração apenas alguns traços morfológicos em que se observa a confluência de elementos, radicais e morfemas, ou certos segmentos de palavras, das duas línguas em questão.

Em puerinho, tem-se o morfema de diminutivo do português, inho, junto ao radical puer, presente também em puereto – variante do italiano povereto.

O termo cinzolento substitui o nome da cor cinza ou cinzento, em uma “invenção” envolvendo humor, em que o elemento ol acrescentado à palavra portuguesa deriva de outras palavras do italiano (esbrindolar, esbegolar, brontolar, brustolar), comuns entre os falantes. O acréscimo desse mesmo elemento – ol – é encontrado, também com sentido lúdico, em termos como negolócio (por negócio) e esfregolar (por esfregar).

Como se pode notar, o acréscimo deste elemento do dialeto a termos do português produz um jogo lúdico na significação, ao desinstalar a morfologia própria do português.

Torna-se possível portanto identificar que o que se produziu na história dos imigrantes, no interior da sociedade nacional brasileira, e que funciona ainda hoje em sua prática de linguagem com especial efeito nos processos de identificação, é uma forte tensão entre a língua nacional e a língua materna.

Esta tensão se verifica empiricamente, na medida em que envolve um batimento entre línguas diferentes, como o português e o italiano. Mas a tensão entre a língua nacional e a língua materna, na extensão que a entendemos, também se apresenta como uma questão teórica mais complexa, envolvendo o próprio estatuto das línguas - de língua nacional e de língua materna - tanto na história quanto na constituição da subjetividade que se apresenta na prática de linguagem dos sujeitos envolvidos. A língua nacional e a língua materna não se recobrem, nem em termos empíricos, nem em termos de seu estatuto na prática de linguagem, de tal modo que se torna impossível ao sujeito transitar do estatuto de língua materna ao de língua nacional sem ter de mudar de estrutura de língua.

Em linhas gerais, entendemos que participam desta tensão as imagens ligadas à lei, ao Estado, por um lado, e ao familiar, à infância, ao comunitário (local) e, sobretudo, ao materno, por outro lado. O fato de que a língua nacional tenha funcionado localmente na história como um elemento jurídico a atestar a brasilidade do imigrante no contexto conturbado da guerra não deixa de ter um significado nesse processo, na medida em que pressionou a nacionalização do imigrante. Por outro lado, em seu próprio estatuto, uma língua nacional se constitui regularmente como um importante elemento através do qual o Estado Nacional realiza seu ideal de unidade, propagando a idéia de unidade lingüística e realizando a homogeneização tanto da língua quanto da população, na instalação de uma forma de cidadania que tem a propriedade de se apresentar nas formas da universalidade (cf. Gadet e Pêcheux, 2004). Isto foi feito, neste caso, como se disse, primeiramente através de campanhas pontuais de nacionalização do ensino e da fiscalização jurídica cotidiana (com decretos-leis, prisões, etc.) da prática da língua por imigrantes, tanto no espaço público quanto no privado, e posteriormente através da manutenção das formas da língua nacional pela escola.

Por outro lado, participa dessa tensão ainda o fato de que as línguas maternas dos imigrantes tenham sido silenciadas na prática de linguagem como elemento juridicamente estranho à ordem da nacionalidade, isto é, daquilo que é legitimado por uma sociedade nacional. Para se tornar sujeito jurídico, cidadão, dizem os autores acima mencionados, é necessário, nessa forma de Estado, abrir mão dos particularismos e das línguas maternas e, acrescentamos, das memórias chamadas locais.

Da perspectiva de quem trabalha com o discurso, é bastante significativo considerar que as línguas dos imigrantes que foram silenciadas pelo Estado na história nacional são também suas línguas maternas. E desse ponto de vista é também bastante significativo que a despeito dessa interdição expressa e localizada, elas se tenham mantido de algum modo na prática oral de linguagem, seja de maneira mais integral ou de modo mais difuso, em que memória e esquecimento se mesclam.

Nota-se, portanto, que a tensão entre a língua nacional e a língua materna a que nos referimos se produz na história, sustentada pelo Estado, em um momento importante de sua consolidação como nação, e que, vindo dessa exterioridade, tal tensão atinge a constituição da linguagem e do sujeito, em seus processos de identificação em relação à língua. Trata-se de uma tensão que se apresenta no processo histórico de subjetivação do sujeito imigrante, processo ao longo do qual esse sujeito estrangeiro vai se tornando brasileiro.

Nesta perspectiva, estudando a história nacional e o processo de subjetivação desse sujeito imigrante relativamente à língua, venho procurando compreender as relações entre língua e memória, quanto à sua permanência e ao seu esquecimento, relações que se condensam na expressão “memória da língua”. Como a língua silenciada dos imigrantes se encontra na memória histórica e nos processos de identificação em que o sujeito se inscreve?

Nesta direção, os vestígios de dialetos italianos foram considerados em nossa pesquisa como traços de retorno no sujeito da memória da língua apagada. São também traços da memória histórica, que permanecem na língua. Estes traços de memória da língua apagada constituem também, ao lado da língua nacional, a linguagem e o sujeito de linguagem.

Considerando que sujeito e sentido se constituem simultaneamente (Orlandi, 1996); que a língua materna tem função estruturante no sujeito,

como instrumento e como matéria dessa estruturação (Revuz, 1998), nosso interesse se dirige a analisar como então este silenciamento da língua opera no sujeito e atinge a sua prática de linguagem, tanto quanto as imagens de si, seu senso de identidade. A relação entre o sujeito e as línguas que participam de sua história passa a integrar o foco das questões que nos conduzem nessa investigação. Um ponto nodal desta questão consiste do fato de que, como há uma distinção e mesmo uma cisão entre a materialidade e o estatuto da língua nacional e da língua materna, os sujeitos nem sempre passam de uma a outra com a naturalidade necessária à aprendizagem da escrita na escola.

Nessa perspectiva, o que se observa é que a língua materna dos imigrantes, apagada na história em sua tensão com a língua nacional, guarda um lugar na constituição do sujeito de linguagem, como língua “apagada” mesmo, e a partir deste lugar, no sujeito e na história, produz os seus efeitos de sentido.

Estes efeitos são significativos na prática discursiva, na medida em que envolvem o sujeito nos seus processos de identificação com relação à língua. Em outro trabalho (Payer, 2003), com a atenção voltada para os processos de identificação do sujeito relativamente à língua materna, foi possível notar que: a) o riso acompanha o aparecimento, involuntário ou não, de elementos dos dialetos italianos, riso que na perspectiva bergsoniana interpretamos como manifestação corporal do equívoco que envolve a relação com a língua que “não se fala mais”, mas que reaparece como que por tropeço na linguagem; b) o modo como os sujeitos se entregam à sinergia da língua materna no gesto corporal de cantar antigas canções nos dialetos dos seus antepassados; c) a hiper-correção da língua nacional, na prática da linguagem desse contexto, por parte de falantes cujos pais falam uma língua repleta de traços de italiano, e d) a denegação de traços da língua materna mesmo quando se verifica que eles estão presentes.

É interessante notar, com relação à memória histórica que se apresenta na língua que, dada a natureza desta materialidade da memória – na língua - , nem sempre os sujeitos representam como sendo de “outra língua” certos elementos de língua que eles falam e que se pode reconhecer como estranhos ao português. Isto porque para eles estes elementos são constitutivos de sua linguagem: são tidos como evidências da própria língua. Esta é uma particularidade do estudo da memória através da língua em que vale a pena investir, no meu modo de entender,

a fim de que se consiga formular, enunciar os sentidos que foram silenciados na história. Esta é, pois, uma direção que cabe ainda explorar nos trabalhos da escola na lida com a língua, com a escrita, conforme vamos tratar mais adiante.

Tentando ultrapassar os mitos compensatórios presentes nas noções de língua de origem, de língua materna como valor absoluto, bem como o culto às chamadas línguas das culturas silenciadas, procura-se levar em conta o papel da língua materna, sim, mas ao lado daquele da língua nacional, a fim de compreender como a língua materna e a língua nacional jogam entre si na prática de linguagem dos sujeitos e, portanto, como desafiam, nesse jogo, à questão do ensino da língua nacional e a aprendizagem da escrita. Pois se é verdade que a língua materna constitui o sujeito, não é menos verdadeiro que a língua nacional também o constitui, com igual ou maior força de interpelação.

Além disso, outra consideração a que se chega com as análises, e que torna as questões teóricas complexas, é que a língua materna atual dos sujeitos estudados é formada de uma materialidade lingüística que é constituída por elementos de mais de uma língua natural.

Esta constatação contribui para a colocação em causa da noção de língua materna como alguma coisa que coincidiria com a língua empírica falada pela mãe (Cf. Revuz, 1998 e Serrani, 1997). Se a língua materna tem uma função estruturante fundamental no sujeito - tanto como instrumento quanto como matéria dessa estruturação, como tal ela pode, por outro lado, constituir-se a partir de materialidades lingüísticas de mais de uma língua específica (Payer, 1999; Castro, 1998). Isto sem deixar de considerar, ainda, que no Brasil o próprio português, língua nacional, vai adquirindo formas outras, que vão constituindo uma língua brasileira (cf. Orlandi, 2001).

Nesse sentido, procurando encaminhar essas questões para um encerramento provisório em nossa pesquisa, pensando as línguas relativamente à noção de memória e ao seu apagamento, pudemos compreender tanto o estatuto de língua nacional quanto o de língua materna como dimensões distintas da linguagem, que são da ordem da memória. A língua materna funciona, na situação analisada, como memória histórica de uma língua apagada que se mantém, mesmo difusa, e que retorna na prática de linguagem, participando, desse modo, da constituição do sujeito da linguagem. Do mesmo modo, funciona na prática discursiva a imagem de uma língua nacional, no sentido da

memória de uma língua cultivada pelo Estado Nacional, no sentido de que falam Gadet e Pêcheux (2004) e Guimarães (2005), como língua a partir da qual o Estado administra as demais línguas presentes em seu território.

Por outro lado, as análises realizadas permitem observar que o fato de ter havido mais de uma língua, com seus valores próprios, na história da constituição do sujeito, bem como o fato de ter havido um silenciamento das línguas dos imigrantes – bem como de outras línguas – afetam o sujeito em seu modo de se inscrever na prática de linguagem. Se, conforme se considera em Análise de Discurso, o sujeito e o sentido (pela língua) se constituem simultaneamente, participa desta relação com a linguagem tanto a memória quanto o esquecimento de línguas que estiveram presentes na história.

Memória da língua e escrita

As observações anteriores não são sem conseqüências para o ensino de línguas e nem para a prática de linguagem, incluindo a escrita – na oralidade, de alguma forma, estes elementos têm tido espaço, legitimamente ou não, com ou sem um senso de transgressão a acompanhá-los.

Compreendida como uma dimensão da linguagem que é da ordem da memória, penso que a língua materna pode (e deve) ser considerada na reflexão e no ensino da expressão escrita, ao lado da língua nacional. Porque aquilo de que se abre mão, na escola, para escrever em língua nacional, faz falta na própria escrita, na medida em que faz falta no sujeito. Optar pelas formas da língua nacional ou por aquelas da língua materna, em tal situação em que jogam fortemente estas duas dimensões da linguagem, significaria produzir uma falha. Como vestígios de línguas apagadas em nossa história, os traços de memória de outras línguas presentes no português brasileiro podem ser considerados, a partir de seus aspectos simbólico e histórico, como parte tanto da memória histórica da sociedade quanto dos processos de identificação do sujeito falante.

Lidar com estes vestígios ao invés de ignorá-los e de prolongar o seu silenciamento pode levar a um modo mais atento de se considerar não só essa linguagem que aí se manifesta, mas também o próprio sujeito de linguagem. Para além das costumeiras visões estereotipadas dos

falantes, deparamo-nos, nos fatos de linguagem analisados, com importantes aspectos do sujeito brasileiro, em sua constituição histórica própria como sujeito de linguagem.

O que gostaria de precisar e de ressaltar, portanto, diz respeito ao modo de se olhar para a presença desses elementos lingüísticos, como elementos histórico-discursivos, da ordem da memória histórica, à diferença de entendê-los simplesmente como regionalismos ou dialetos regionais. Trabalhando a partir da Análise de Discurso com aspectos simbólicos que envolvem o processo de constituição da relação sujeito/língua, queremos ressaltar que esta relação, dada a história, é uma relação tensa e delicada, de aparência subjetiva (familiar, íntima), mas que se produz na realidade sócio-histórica, que pode (e deve) ser considerada com acuidade maior do que temos testemunhado em nossa história, assim como em nosso saber metalingüístico².

O que se inscreve com esta discussão é algo relativo ao direito à memória, o direito ao passado no que ele tange ao senso de identidade; direito que, como observa R. Robin (1995), as sociedades desenvolvidas não só respeitam e provêem, mas também tomam como critério para as suas inovações e desenvolvimentos.

O fato de que nos Estados Nacionais uma única língua seja elevada à categoria de língua nacional, e o fato de que em nossas sociedades nacionais a escola tenha sido lugar por excelência de difusão desta mesma língua nacional, sobretudo através da escrita, produziram historicamente uma relação imaginária naturalizada, quase termo-a-termo, entre a língua nacional e a constituição do sujeito. “Sou brasileiro: falo português”. De tal modo isso se dá que a presença efetiva de diversas outras línguas que não o português, mesmo fragmentadas (e das diversas memórias discursivo/culturais que as acompanham), não têm tido, via de regra, um tratamento considerável seja no ensino, seja nas práticas de linguagem.

A partir da compreensão da relação contraditória que analisamos entre a língua materna e a língua nacional, na situação de imigração, e considerando o papel da memória no modo de coexistência tensa dessas línguas, as importantes questões que vêm se colocando sobre o papel da língua, em geral, e da língua materna, em particular, na constituição do sujeito, adquirem certas nuances que é preciso considerar. Pois, como

² Sobre as pesquisas e reformulações no modo de considerar teoricamente a diversidade lingüística na história brasileira, ver, entre outras obras, a revista *Ciência e Cultura*, no. 2, ano 57 (abril-junho de 2005), que tem como tema central “línguas do Brasil”, sob a organização do Prof. Eduardo Guimarães.

dissemos, se língua materna constitui o sujeito, como se tem afirmado, não é menos verdade que a língua nacional também o constitui.

Para a consideração destas questões, no estudo da relação entre o sujeito e as línguas, a noção de memória pode contribuir de modo significativo, pois em uma história como a nossa tanto a memória de uma língua nacional quanto a memória de línguas maternas outras (nesse caso, de imigrantes) têm participado da constituição do sujeito, não tanto como línguas independentes, mas antes como dimensões distintas da linguagem, como discursos.

Reconhecer, pois, um estatuto de memória histórica para os traços lingüísticos que em nossa sociedade se diferenciam das formas da língua nacional pode contribuir, na relação de ensino, para suturar certos territórios simbólicos cindidos, mal costurados nas subjetividades, pela relação com a língua, lá onde as interdições produzidas na história funcionam produzindo o efeito do que seria o mais íntimo, o mais subterrâneo, agindo como elementos constrangedores à prática de linguagem de um modo geral, e à escrita, em especial. Não mais o silenciamento, não mais deixar de dizer, mas deixar reverberar espaços semânticos múltiplos e acolher diversos universos simbólicos, línguas e tempos históricos entrecruzados que constituem sentidos aos sujeitos da linguagem.

Bibliografia

CASTRO, M. F. P. "Língua Materna: Palavra e Silêncio na Aquisição da Linguagem". In *Silêncios e luzes. Sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. Luiz Carlos UCHÔA (org.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

COURTINE, J.-J. "Quelques Problèmes Théoriques et Méthodologiques em Analyse du Discours". *Langages*, 62, Paris: Ed. Larousse, 1981.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Trad. B. Mariani e M. E. G. de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. "A Língua Portuguesa no Brasil". *Revista Ciência e Cultura*, SBPC. Ano 57, no. 2. 2005.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

ORLANDI, E. *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

- ORLANDI, E. P. História das idéias lingüísticas (org.). Cáceres: Unemat e Campinas: Pontes. 2001
- ORLANDI, E. P. Língua e conhecimento lingüístico. São Paulo: Cortez Ed., 2002.
- PÊCHEUX, M. “A Propósito da Análise Automática do Discurso. Atualização e Perspectivas”. In Por uma Análise Automática do Discurso. F. GADET E T. HAK (orgs). Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. “Rôle de la Mémoire”. Histoire et Linguistique. P. ACHARD et. alii (dir.). Paris, Éditions de la Maison dès Sciences de L’Homme, 1984.
- PAYER, M. O. Memória da língua. Imigração e nacionalidade. São Paulo: Ed. Escuta (no prelo).
- PAYER, M. O. “Memória da Língua e Ensino. Modos de Aparecimento de uma Língua Apagada no Trabalho do Esquecimento”. Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS. vol. 17, número 35. 2003.
- PAYER, M. O. “Memória e Esquecimento da Língua Materna e a Relação com a Escrita”. In RÖSING, Tania M. K.; SCHONS, Carme Regina (orgs). Questões de escrita. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.
- REVUZ, C. “A Língua Estrangeira, entre o Desejo de um Outro Lugar e o Risco do Exílio”. In Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Inês SIGNORINI (org.). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1988.
- ROBIN, R. “Le Cheval Blanc de Lenine ou L’Histoire Autre”. In Le naufrage du siècle. Paris, Ed. Berg International e Montréal: XYZ. 1995.
- SERRANI, S. “Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas”. Revista D.E.L.T.A., Vol. 13, No. I. São Paulo, 1997.